A influência de Aristóteles na concepção de desenvolvimento de Amartya Sen

Fabian Scholze Domingues[1]

Para resgatar a antiga (e correta) perspectiva de superação do subdesenvolvimento, o ideário desenvolvimentista tem de estar acompanhado de um sentido normativo explícito (qual desenvolvimento), que pode ser construído a partir de um processo de formação de uma vontade coletiva nacional. Uma referência preliminar e óbvia para tal sentido normativo é a ideia de um desenvolvimento que sirva à emancipação humana, à expansão da liberdade, no sentido da extensão dos direitos e ampliação das capacidades e qualidades humanas.[2]

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho estudo a influência do pensamento de Aristóteles na elaboração da visão normativa de Sen sobre o desenvolvimento. A partir de uma apresentação geral da abordagem das capacitações, buscarei mostrar a contribuição do pensamento ético e político de Aristóteles para a elaboração da principal contribuição desta abordagem para a reflexão e prática econômica (sobretudo das políticas públicas): fornecer marcos normativos para discussão de temas tão prementes para os dias atuais como são a pobreza, a desigualdade e a justiça distributiva. Esta abordagem utiliza ferramentas conceituais que podem auxiliar na reflexão e na deliberação de decisões políticas e econômicas em uma base informacional mais ampla do que aquela realizada pela teoria econômica tradicional, baseada num espaço de informações construído a partir de uma perspectiva utilitarista. Esta perspectiva, tributária dos estudos de Bentham e Mill, visa à maximização da utilidade, reduzindo as motivações humanas a estados subjetivos, de prazer ou dor, felicidade e satisfação. Tal visão das motivações humanas, dominante na economia moderna, deforma e descaracteriza as motivações humanas segundo a visão de Sen.[3] O pleno desenvolvimento das capacidades humanas, a ênfase nos fins e a busca pela vida boa, aquela que as pessoas valorizam e têm razão em valorizar, são as

---

1 Professor nas Faculdades Rio-Grandenses (FARGS). Doutorando em economia do desenvolvimento PPGE/UFRGS. E-mail: fabiandomingues@gmail.com.

2 SEN Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p 49.

3 "O enfoque na qualidade de vida e nas liberdades substantivas, e não apenas na renda e na riqueza, pode parecer um afastamento das tradições estabelecidas na economia, e em certo sentido é mesmo (especialmente se forem feitas comparações com algumas das análises mais rigorosas centralizadas na renda que podemos encontrar na economia contemporânea). Mas, na verdade, essas abordagens mais amplas estão em sintonia com as linhas de análise que têm sido parte da economia profissional desde o princípio. As conexões aristotélicas são suficientemente óbvias (o enfoque de Aristóteles sobre o "florescimento" e "capacidade" relaciona-se claramente à qualidade de vida e às

principais finalidades do desenvolvimento. Sua concepção de desenvolvimento baseia-se numa visão do "florescimento" das capacidades humanas, considerando a liberdade a principal realização dos seres humanos. A clara distinção entre os fins e os meios da ciência econômica e a perspectiva normativa baseada no "florescimento" e orientada para a liberdade são reconhecidas influências que Amartya Sen sofreu da filosofia de Aristóteles. Ponto que será apresentado na próxima seção.

2. AS RAÍZES ARISTOTÉLICAS DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

> *Conhecida como "abordagem do desenvolvimento humano" e também como "abordagem das capacitações" (...), ela começa com uma questão muito simples: o que as pessoas de fato são capazes de fazer e de ser? Quais são as reais oportunidades que estão disponíveis a elas? Esta questão, embora simples, é também complexa, já que a qualidade da vida humana envolve múltiplos elementos cujas relações de uns com os outros necessitam minucioso estudo.*[4]

Apresento a seguir as influências de Aristóteles recebidas e reconhecidas por Sen em quatro de suas principais obras: *Desigualdade reexaminada* (1992), *Ética e economia* (1999), *Desenvolvimento como liberdade* (2000) e *A ideia de justiça* (2009). Sen é reconhecido academicamente por seus estudos no âmbito da teoria da escolha social e, embora seu interesse por filosofia remonte aos seus tempos de estudante[5], os temas filosóficos em seu pensamento são desenvolvidos já em suas obras da maturidade. Sen reconhece que os recentes avanços filosóficos da abordagem das capacitações se devem, não apenas com o aprofundamento de temas aristotélicos, como também de diversas correntes e concepções filosóficas, incluindo discussões com o próprio Rawls e uma ampla e diversificada gama de autores contemporâneos. A filosofia aristotélica possui um papel de destaque dentro deste *rol* de influências de escolas filosóficas recebidas pela abordagem das capacitações, pois permite articular metodologicamente a primeira contribuição desta abordagem para a economia: uma reflexão normativa sobre a finalidade desta ciência e sua necessária aproximação com a ética.

A influência do pensamento de Aristóteles para a concepção geral de economia de Amartya Sen é imensa. Em *Ética e economia*, Sen inicia sua exposição estabelecendo duas influências fortes e decisivas para o campo de conhecimento que se convencionou

---

liberdades substantivas." *Op. Cit.* p.39.

4 NUSSBAUM Martha. *Creating Capabilities*, p. X. [Tradução do autor]

5 De fato, Nussbaum ao explicitar suas influências teóricas, ressalta em *Creating Capabilities* (pp. 123-5) que Sen estudou com o renomado estudioso de Aristóteles, Ernest Barker em sua juventude.

chamar de “economia”. A primeira, segundo ele, remonta a Aristóteles[6] e tem como principal questão a relação entre a ética – o que é necessário para que nós homens possamos alcançar o *fim* da natureza humana: uma vida boa – e a economia – os *meios*, as condições materiais para que possamos alcançar uma boa vida. O autor cita diversas vezes e em diversas obras, quase como um bordão, a seguinte frase da *Ética a Nicômacos*: “A vida empenhada no ganho é uma vida imposta, e evidentemente a riqueza não é o fim que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa” [7]. A primeira influência da economia moderna, portanto, admite Sen, é a filosofia; a segunda é a engenharia.

A resolução de inúmeros problemas práticos de economia com base no cálculo e na estatística sofreu decisiva influência nos desdobramentos modernos da economia. A concepção dominante de economia, de natureza “engenheira”, desvincula a economia da ética com enormes prejuízos para ambos os domínios do saber. O economista, ao se ater somente a problemas de logística e de cálculo, típicos da resolução de problemas oriundos da engenharia, ignora todas as implicações políticas, sociais e éticas que a busca de “eficiência” e da “maximização” podem ter. Em particular, quando se trata de, em nome da eficiência, aumentar a desigualdade social, ficar sob o jugo de um governo tirânico, discriminar grupos étnicos etc. Segundo o economista indiano, urge resgatar a hierarquia proposta por Aristóteles, que subordinava a economia à política. De fato, nas palavras de Sen:

> A metodologia da chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos. Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real.[8]

Vincular novamente a ética e a economia, seja mediante a influência do pensamento ético e político de Aristóteles, seja de Adam Smith, seja de Kant ou Rawls, é um projeto sistemático perseguido por Sen ao longo de suas obras da maturidade. Não querendo preterir as suas demais influências filosóficas, em especial de Rawls e Kant, podemos afirmar que os temas da filosofia de Aristóteles permitiram a Sen criticar com

---

6 Sen também cita como influência formadora da economia as obras do pai fundador da economia moderna, o escocês Adam Smith, que via em sua obra *A riqueza das nações* uma parte, um subsistema maior de filosofia moral, que se encontra em sua obra *A teoria dos sentimentos morais.*

7 Ética a Nicômacos, Livro I 1- I.5.

radicalidade os atuais pressupostos da teoria econômica moderna. A economia, em sua visão dominante, trata dos instrumentos - questões de eficiência e otimização - como se fossem os próprios fins dessa ciência, os temas de “engenharia” econômica que ainda hoje dominam grande parte da discussão pública nesta área do conhecimento.

O objetivo da economia, contudo, não é meramente instrumental, pois, argumenta Sen tocando o bordão, ela está a serviço de outra coisa, a arte suprema, que subordina todas as demais: a política. Desse modo, a riqueza deve estar a serviço do bem do homem, não se constituindo num fim em si. Numa passagem onde o economista indiano trata diretamente da política e do papel do Estado a partir da matriz aristotélica, ele afirma que “embora Aristóteles discorra sobre o papel do Estado nos assuntos econômicos, ele nunca abandona a postura de que “o fim do Estado” é “a promoção comum de uma boa qualidade de vida.” [9]

Dessa breve análise de Sobre ética e economia, já é possível vislumbrar dois temas seminais presentes em Aristóteles, vinculados entre si, que formam fios condutores por onde se guiarão as análises econômicas da abordagem das capacitações:

i) retomar o antigo vínculo entre ética e economia, buscando ponderar não apenas sobre problemas de logística e otimização;

ii) proceder a um exame crítico e ponderado de quais são os meios e de quais são os fins da ciência econômica.

Esses temas articulam o centro normativo da abordagem das capacitações, permitindo a constituição de um espaço informacional mais amplo para a análise econômica, bem como um espaço de atuação das políticas públicas que não seja meramente o crescimento do PIB; mas que também englobe preocupações com o que realmente está disponível para as pessoas poderem desenvolver suas capacitações para fazer ou ser aquilo que elas legitimamente valorizam e têm razão em valorizar.

O estabelecimento da boa vida como marco normativo é o fundamento da determinação de quais são os funcionamentos e capacitações relevantes que devem estar disponíveis para serem realizados. O espaço de deliberação sobre o bem do homem é um espaço informacional ampliado quando comparado ao pensamento

---

8 SEN A. *Sobre ética e economia.* São Paulo: Cia das letras. 1999. p 23.

9 ARISTÓTELES *Política III ix* e *Política, I, viii-x. Apud* SEN A. *Sobre ética e economia.* São Paulo: Cia das letras. 1999. p 19.

utilitarista dominante, onde considerações baseadas apenas na métrica da renda são tidas como suficientes para determiná-lo. No pensamento de Sen, contudo, o espaço informacional ampliado da escolha social ganha uma teleologia de matriz aristotélica e, portanto, um marco normativo que não visa à utilidade nem ao bem-estar, mas à realização do *florescimento*, da *eudaimonia*. O desdobramento conceitual desta síntese de ideias se encontra na elaboração dos conceitos de funcionamentos e de capacitações, centrais para a compreensão dos princípios normativos que norteiam a abordagem das capacitações.

Em *Desigualdade Reexaminada*, Sen apresenta em sua *Introdução* os conceitos de funcionamentos e de capacitações como estruturantes de sua concepção de economia. Tais conceitos articulam as principais ideias da abordagem das capacitações, orientados por uma concepção geral de matriz aristotélica. Embora Sen não compre todo o "pacote" dessa filosofia, nem se preocupe em extrair exatamente as mesmas consequências dos seus conceitos fundamentais. Como lemos:

> O livro passa então à identificação, desenvolvimento e defesa de uma escolha particular de espaço e de seu uso em termos da liberdade para realizar (cap. 3). A capacidade de uma pessoa para realizar funcionamentos que ela tem razão para valorizar fornece uma abordagem geral à avaliação de ordenamentos sociais, e isto produz uma maneira singular de ver a avaliação da igualdade e da desigualdade.
>
> Os funcionamentos incluídos podem variar desde os mais elementares, tais como estar bem nutrido, livre de doenças que não são inevitáveis e da morte prematura, aos bastante complexos e sofisticados, tais como ter respeito próprio, ser capaz de tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante. A seleção e a ponderação de diferentes funcionamentos influenciam a avaliação da capacidade para realizar pacotes alternativos de funcionamentos.
>
> As raízes desta abordagem podem ser identificadas em distinções aristotélicas, mas suas ramificações podem assumir diferentes formas. *Desigualdade Reexaminada*, p. 34 [Introdução]

Os funcionamentos humanos são, assim, determinados em relação ao bem do homem – que é seu critério classificatório – mas também é com vista a este bem que se define o critério básico de estruturação do espaço informacional no qual se avalia o desenvolvimento. É na atividade que lhe é própria que o homem floresce, ou seja, ao fazer uso dos funcionamentos e das capacitações que lhe estão disponíveis para levar a vida que, com razão, ele valoriza. A métrica do desenvolvimento passa a ser a avaliação do alcance das realizações de uma vida florescida, como ter evitado a morbidade precoce, obtido as capacitações que permitem obter o autorrespeito e as capacitações necessárias para uma vida boa.

Ainda na *Introdução*, Sen reconhece a forma específica que pretende resgatar do pensamento político de Aristóteles, remetendo à análise da influência do pensamento do Filósofo a outra expoente da abordagem das capacitações:

> A base filosófica dessa abordagem pode ser identificada nos escritos de Aristóteles, que incluem uma penetrante investigação do "bem do homem" em termos de "vida no sentido de atividade". Aristóteles continuou a examinar - tanto em *Ética* quanto *Política* – as implicações políticas e sociais da concentração sobre o bem-estar nesse sentido, envolvendo o "florescimento humano" (eudaimonia). *Desigualdade Reexaminada* [Introdução, nota], p. 97.

As passagens referentes *à Política* de Aristóteles desenvolvem a ideia de que o homem é um animal político, levando as considerações sobre o bem do homem para o estudo da sociedade e, portanto, da justiça:

> A ideia de usar a razão para identificar e promover sociedades melhores e mais aceitáveis estimulou intensamente as pessoas no passado e continua a fazê-lo no presente. Aristóteles concordou com Ágaton que nem mesmo Deus podia mudar o passado. Mas também concluiu que o futuro pode ser moldado por nós. Isso poderia ser feito baseando nossas escolhas na razão. [Tanto *Ética a Nicômaco* como a *Política* de Aristóteles dedicam-se à tarefa de examinar os tipos de raciocínio que podem ser usados com discernimento]. Precisamos, então, de uma estrutura avaliatória apropriada; precisamos também de instituições que atuem para promover nossos objetivos e comprometimentos valorativos, e, ademais, de normas de comportamento e de um raciocínio sobre o comportamento que nos permitam realizar o que tentamos realizar[10].

Podemos concluir que a influência de Aristóteles no pensamento de Sen é articulada por duas vias: por um lado, a filosofia de uma maneira geral e a ética em particular retornam ao centro das discussões econômicas, pois o que se busca é o bem do homem, isto é, o seu florescimento. Por outro lado, conforme o racionalismo aristotélico, Sen considera central para a reflexão sobre a ética a existência de uma estrutura avaliativa apropriada e um espaço informacional adequado. Esses requisitos estão imbricados, de modo que a abordagem das capacitações busca deliberadamente embaralhar a distinção oriunda da concepção "engenheira" da economia entre ética e economia, trazendo enormes benefícios para ambas as áreas do saber.

Por fim, uma outra influência decisiva e claramente reconhecível do pensamento de Aristóteles sobre a abordagem das capacitações é sua concepção de *justiça distributiva* e seu papel no funcionamento justo de uma sociedade. Este tema aparece no livro V da *Ética a Nicômacos*, onde Aristóteles apresenta sua visão geral da justiça, a

---

10 SEN Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ética, e uma visão da justiça parcial[11], de âmbito distributivo e restaurativo.[12] A discussão sobre o tema é feito por Sen a partir do problema da transformação - que também serve como ponto de crítica às doutrinas utilitaristas, baseadas numa concepção de bem-estar que utiliza a métrica da renda. O problema da transformação considera que mesmas quantidades de recursos (monetários e não-monetários) podem resultar em realizações diferentes devido às diferentes capacidades que as pessoas possuem em transformar recursos em realizações.

> Se a diversidade humana tem tanta força que torna impossível igualar o que é *potencialmente* realizável, então existe uma ambigüidade básica na apreciação da realização e na avaliação da igualdade de realização e da liberdade para realizar. Se a realização máxima que a pessoa 1 pode ter – sob as circunstâncias mais favoráveis – é, digamos, *x*, enquanto a pessoa 2 pode conseguir maximamente *2x*, então a igualdade de *aproveitamento* deixaria a pessoa 2 invariavelmente abaixo de sua realização potencial. Foi para enfrentar em parte tais questões que Aristóteles incorporou uma consideração paramétrica do que é "admitido pelas circunstâncias" de uma pessoa e viu sua "concepção distributiva" à luz dessa consideração. "Pois é apropriado, se as pessoas são bem governadas, que façam o melhor, *tanto quanto suas circunstâncias admitirem* – a menos que algo catastrófico aconteça".[13]

Passemos agora para a análise das referências explícitas que Sen faz de Aristóteles em *A Ideia de Justiça*, livro dedicado a John Rawls e que trata, em grande medida, de uma crítica sistemática ao institucionalismo transcendental – de raiz contratualista, e a sua busca por instituições perfeitamente justas. Nesta obra da maturidade, Sen reconhece explicitamente as raízes aristotélicas profundas que articulam importantes conceitos de sua abordagem, posicionando a abordagem das capacitações dentro do debate político contemporâneo:

> O meu trabalho em torno da perspectiva da capacidade teve origem na minha busca de uma perspectiva das vantagens individuais que mostrasse ser melhor do que aquela que podemos encontrar na tendência rawlsiana de concentrar a atenção sobre os bens primários... Mas cedo se tornaria claro que uma tal perspectiva pode ter uma relevância bem mais extensa ... A conexão entre esta perspectiva e as ideias de Aristóteles foi-me indicada por Martha Nussbaum, que depois viria a oferecer várias contribuições pioneiras para este crescente campo de investigação e que influenciou fortemente o modo como esta perspectiva se foi desenvolvendo.[14]

---

11 Veremos na próxima subseção que a própria Nussbaum, sob influência de Aristóteles, também propõe uma teoria parcial e não geral da justiça, seguindo a classificação proposta por Aristóteles de uma teoria geral da justiça – sob responsabilidade do indivíduo -, e uma teoria parcial – que trata dos problemas sociais da distribuição da riqueza e da reparação dos danos.

12 "Uma das espécies de justiça em sentido estrito e do que é justo na acepção que lhe corresponde, é a que se manifesta na distribuição de funções elevadas de governo, ou de dinheiro, ou de outras coisas que devem ser divididas entre os cidadãos que compartilham dos benefícios outorgados pela constituição da cidade... a outra espécie é a que desempenha uma função corretiva nas relações entre as pessoas. Esta última se subdivide em duas: algumas relações são voluntárias e outras são involuntárias". *Ética a Nicômacos*, 1139*b*.

13 *Desigualdade Reexaminada* p. 150 Citação de Aristóteles de *Política* VII (1323a 17-19) retirada de Nussbaum (1988a), que também discute o papel preciso que essa qualificação desempenha na concepção distributiva de Aristóteles.

14 SEN A., *A ideia de justiça*, p.319

A crítica sistemática à perspectiva rawlsiana de centrar o problema da justiça dentro do que seriam os arranjos institucionais perfeitamente justos levou o economista Sen ao encontro dos principais temas da filosofia de Aristóteles. Em particular, numa concepção de justiça que leva em conta o caso particular, com foco nas realizações dos indivíduos e não em seus estados subjetivos ou num conjunto de bens primários disponíveis. Adicionalmente, a distinção explícita entre os meios e os fins da ciência econômica, influência de primeira grandeza do pensamento aristotélico para a abordagem das capacitações, leva ao alargamento das operações de avaliação atinentes à economia:

> Através do explícito reconhecimento de que os *meios* para uma vida humana satisfatória não são, em si mesmos, os *fins* de uma vida boa (que é precisamente o que víamos Aristóteles afirmar...), a perspectiva das capacitações contribui para provocar um significativo alargamento do domínio alcançado pelas operações de avaliação.[15]

A análise dos espaços informacionais dentro dos marcos da teoria do bem-estar levou Sen a uma análise ampliada do espaço avaliativo que leve em conta não a dimensão subjetiva, que se expressa em termos de utilidade, felicidade ou prazer, mas em termos do que as pessoas de fato conseguem realizar.

Assim, a objeção ao utilitarismo consiste numa crítica a sua análise econômica unidimensional, baseada na renda e na avaliação subjetiva (utilidade) que ela provoca. Contudo, essa crítica permaneceria meramente instrumental se não viesse acompanhada de uma ponderação normativa acerca das informações relevantes a uma abordagem multidimensional. Esse passo normativo fornece à Sen uma poderosa ferramenta contra análises meramente processuais da justiça, incluindo neste grupo não só os libertaristas, como o próprio John Rawls e sua análise da distribuição dos bens sociais primários. A distribuição básica dos bens é uma questão importante para avaliação da justiça. Mas o passo essencial para a justiça consiste em capacidade de realização. Esse passo normativo que desloca a análise da justiça da esfera do ideal para a esfera do realizável coloca Sen no centro do debate político contemporâneo. É a vida conforme ela ocorre no mundo sublunar que interessa primariamente à justiça e não a sua ideia perfeitamente justa.

O espaço avaliatório proposto por Sen pode variar em demasia, dependendo da compreensão particular, cultural ou econômica do que seja a “boa vida”. Este espaço também não sugere que haja valores inatos ou absolutos, muito embora os exemplos de

15 *Op. Cit.* p..346.

espaço avaliatório dados por Sen tratem das dimensões saúde, educação, democracia e oportunidades. Nesses exemplos, Sen trata da incomensurabilidade e da esterilidade de conceitos gerais para promover a comparação de casos particulares. São as *circunstâncias* que devem determinar o espaço avaliativo adequado e não uma lista de condições mínimas ou a arquitetura institucional perfeitamente justa, pois as circunstâncias são demasiado variadas para que possamos englobar toda a complexidade e diversidade de situações numa lista de intitulamentos mínimos ou de procedimentos positivos.

Por fim, a última referência explícita a Aristóteles em *A ideia de justiça* refere-se justamente à adequação dos julgamentos avaliatórios aos casos particulares; O grau de precisão admitido num julgamento normativo acerca da injustiça, em especial para avaliar a sua gravidade, deve ser adequados aos casos particulares em que ocorrem. Como reconhece Sen, essa é uma importante lição metodológica retirada de Aristóteles:

> "[É] razoável que uma moldura de argumentação normativa possa admitir certas variações que, por outro lado, já não se dariam bem num domínio constituído por requisitos legais exaustivamente especificados. Como Aristóteles assinalava na *Ética a Nicômaco*, deveremos "procurar a precisão em cada classe de coisas só na medida em que a natureza do objeto o permite".[16]

A exigência de precisão deve sempre ser buscada no caso particular, determinada por circunstâncias particulares. Como argumenta Aristóteles, não é racional pedir o mesmo grau de precisão de um ângulo caso se trate da construção de um telhado por um carpinteiro e de medida dos ângulos de um triângulo por um geômetra. Desse modo, diferentes assuntos exigem diferentes graus de precisão e comportam diferentes argumentos contrários.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência do pensamento de Aristóteles para a abordagem das capacitações é manisfesta. Como espero ter mostrado, a filosofia moral de Aristóteles constitui importante inspiração para a articulação conceitual pretendida por Sen, que borra a distinção nítida entre economia e filosofia, bem como demais ciências sociais. Seu núcleo normativo consiste no estabelecimento dos funcionamentos e capacitações que permitem o "florescimento" do homem. A busca pelo "florescimento" dos indivíduos também é a busca pelo desenvolvimento. Aristóteles não apenas influenciou as formulações pioneiras

16 *Op. Cit.* p. 494.

da abordagem das capacitações, como continua servindo de inspiração para a nova agenda do desenvolvimento humano. Tendo como protagonista a filósofa Martha Nussbaum, essa agenda busca estabelecer outros contatos entre a filosofia de Aristóteles e as fronteiras da justiça, em particular no papel das emoções para a escolha, o direito dos animais e nacionalidade. Finalmente, a tomada de posição de Sen por uma concepção de justiça de inspiração nitidamente aristotélica renova também um outro grande tema do Estagirita: a retórica e seu papel na realização da justiça. De fato, na *Retórica* Aristóteles afima que: "seria absurdo que a incapacidade de defesa física fosse desonrosa, e não o fosse a incapacidade de defesa verbal", colocando o estudo da retórica como elemento indispensável ao bom exercício da justiça nas condições efetivas em que ele ocorre: nos tribunais, assembléias e debates públicos. A aproximação com este tópico da filosofia de Aristóteles também se justifica pela própria concepção de Sen da democracia como "governo pela discussão". O resgate do estudo da retórica dentro dos novos marcos do desenvolvimento humano pode contribuir de maneira decisiva para o fortalecimento das instâncias democráticas e, assim, reduzir via o debate público local e global as injustiças que presenciamos diariamente.

4. REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômacos*. [Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury]. Brasília: EdUnb, 1992.

_____ *A Política*. [Tradução de Nestor Silveira Chaves]. Bauru: Edipro, 1995.

NUSSBAUM, Martha. Creating Capabilities. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2011.

_____ *Frontiers of justice.* Cambridge (MA): Harvard University Press, 2006.

_____ *Not for Profit*, Princeton: Princeton University Press, 2010.

_____ *The discernment of perception*. In: SHERMAN N., [Org] *Aristotle's Ethics: critical essays.*Oxford: Rowlman & Litlefield, 1998.

PNUD *Relatório de Desenvolvimento Humano 2004.* Disponível em: < http://hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_complete.pdf>

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. Coimbra: Almedina, 2009.

_____ *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____ *Desigualdade reexaminada*. São Paulo e São Paulo: Record, 2008.

_____ *Sobre ética e economia.* São Paulo: Cia das Letras, 1999.